



VERDE ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S.A.

CNPJ/MF nº 01.722.480/0001-67 | NIRE nº 4330004716-4

Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, em atendimento aos preceitos legais e estatutários, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A Diretoria.

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas Explicativas		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Circulante			Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	6	43.486	Obrigações com conveniadas	13 120.682
Contas a receber de clientes	7	117.735	Impostos e contribuições a recolher	15 1.674
Partes relacionadas - Outras			Salários e férias a pagar	3.839
contas a receber	11	5	Partes relacionadas	11 40.659
Despesas antecipadas		39	Outras obrigações	5.490
Outros créditos	10	733	Total do passivo circulante	172.344
Despesas Antecipadas		898	Não circulante	
Total ativo circulante	170.461	179.132	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	14 1.636
Não circulante			Total do passivo não circulante	1.636
Contas a receber de clientes	7	336	Patrimônio líquido	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	7.578	Capital social	16.1 36.250
Depósitos judiciais		514	Reserva de capital	13.500
Despesas Antecipadas		1.363	Reserva legal	16.2 652
Outros créditos	10	4	Reserva de lucros	16.3 21.917
FIDC Verdecard	8	47.163	Total do patrimônio líquido	72.319
Investimentos		7	Total passivo e patrimônio líquido	246.299
Imobilizado		15		
Intangível	12	18.858		
Total do ativo não circulante	75.838	54.251		
Total do Ativo	246.299	233.383		

Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)	Notas Explicativas	
	31/12/20	31/12/19
Receita operacional líquida	17	62.548
Serviços prestados		62.548
Custos dos serviços prestados		(24.127)
Lucro bruto	38.421	44.099
Despesas operacionais		
Vendas	19	(2.762)
Administrativas e gerais	19	(60.811)
Outras despesas operacionais, líquidas	18 e 19	(1.165)
Resultado operacional antes do resultado financeiro líquido	(64.738)	(53.742)
Resultado financeiro líquido	(26.317)	(9.643)
Despesas financeiras	20	(1.388)
Receitas financeiras	20	53.599
Total do resultado financeiro líquido	52.211	37.835
Lucro antes do imposto de renda, e da contribuição social	25.894	28.192
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(6.919)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(2.765)
Lucro líquido do exercício	16.210	16.229
Lucro líquido por ação (básico e diluído)	0,32583	0,32621

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)	Notas Explicativas	
	31/12/20	31/12/19
Fluxo de caixa das atividades operacionais	16.210	16.229
Lucro do exercício		
Ajustes para conciliar o lucro do exercício com o caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	12	1.444
Provisão para riscos trabalhistas, trabalhistas e cíveis	18	262
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	2.765
Lucro Ajustado	20.681	21.806
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	(33.618)	34.797
Quotas subordinadas FIDC Verdecard	(21.918)	(4.663)
Créditos diversos	(3.139)	4.750
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Obrigações com conveniadas	14.774	4.092
Impostos e contribuições a recolher	4.029	4.387
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.846)	(3.715)
Outras obrigações e contas a pagar	(18.515)	17.184
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(41.552)	78.638
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(3)	(15)
Adições ao intangível	12	(4.166)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.169)	(6.946)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(45.721)	71.692
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	89.207
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	43.486

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2018	Notas Explicativas		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros ou Prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido
	31/12/20	31/12/19						
Lucro do exercício							16.229	16.229
Destinação do Lucro:								
Reserva de legal					301			
Reserva de Lucro					5.707			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	36.250	13.500	652	5.707	16.210	(16.210)	56.109	16.210
Lucro do exercício							16.210	16.210
Destinação do Lucro:								
Reserva de Lucro	16.3				16.210			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	36.250	13.500	652	21.917	72.319	72.319		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Verde Administradora de Cartões de Crédito S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Cachoeirinha, na Avenida General Flores da Cunha, 1943, Sala 01 - RS, controlada pela Lojas Quero-Quero S.A., e tem como objeto social a administração de cartões de crédito, próprio ou de terceiros, promovendo para tanto, o cadastro, a cobrança extrajudicial e as demais medidas correlatas necessárias à consecução do seu objeto social. A Companhia tem contrato de parceria não exclusiva com instituições financeiras terceiras que são responsáveis pelo financiamento das operações que envolvem cobrança de juros realizadas pelos seus clientes, sendo remunerada por tais instituições pela utilização da base de clientes, canais e infraestrutura operacional para exploração de produtos financeiros com base em percentual calculado sobre os resultados obtidos, além de prestação de serviços pela utilização de recursos da Companhia. Nos termos do artigo 9º da Lei nº 12.865, de 09 de outubro de 2013, compete ao Banco Central do Brasil ("BACEN") regular o funcionamento dos instituidores de arranjos de pagamento e das instituições de pagamento, e desta forma a Companhia ingressou em 24 de novembro de 2014 com o pedido de autorização para instituição de arranjo de pagamento, e instituição de pagamento em funcionamento. O BACEN autorizou a Companhia, em 8 de junho de 2020 como instituidor de arranjo de pagamento, e em 19 de março de 2021 como instituição de pagamento em funcionamento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2.1 Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira, que é também a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram elaboradas pressupondo sua continuidade operacional, o qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram analisadas e aprovadas pela Administração da Companhia em 04 de março de 2021.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - 3.1 Aplicação do resultado: A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado de acordo com a efetiva prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita de juros sobre ativos financeiros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade, pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados, durante a vida estimada do ativo financeiro para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial desse ativo. 3.2 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. 3.3 Contas a receber de clientes: As contas a receber dos titulares de cartões VerdeCard são ativos financeiros, com recebimentos fixos ou determináveis. São incluídos como ativos circulantes, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço, e as parcelas excedentes aos 12 meses estão incluídos como não circulante. Esses montantes referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito VerdeCard, tanto na modalidade private label, quanto na modalidade de utilização em compras em estabelecimentos conveniados. O saldo de contas a receber de clientes está registrado pelo valor original da transação. 3.4 Intangível: Registrados ao custo de aquisição ou formação, deduzido de amortização acumulada. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 12 que leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos direitos. Ativos intangíveis referentes a desenvolvimento de software e implementação de sistemas de gestão, têm seu custo capitalizado quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão superiores ao custo, considerada sua viabilidade econômica e tecnológica, e são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. Despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas diretamente no resultado do exercício quando incorridas. Os saldos de intangível são submetidos a teste para a verificação de perda de valor ("impairment") sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de sua venda, e o valor em uso. Para os ativos intangíveis com vida útil definida a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente se não houver indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável. Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo. 3.5 Obrigações com conveniadas: Contas a pagar a estabelecimentos conveniados são passivos decorrentes de transações realizadas pelos portadores dos cartões de crédito VerdeCard nos estabelecimentos credenciados à rede VerdeCard. O saldo está registrado pelo valor original das transações, deduzido da taxa cobrada dos estabelecimentos conveniados pela utilização do cartão, a qual é reconhecida no resultado no momento da transação. 3.6 Demais direitos e obrigações: Os demais direitos e obrigações, classificados no circulante e não circulante obedecem aos prazos de realização ou de exigibilidade e estão apresentados pelo valor de custo ou realização e por valores conhecidos e calculáveis, respectivamente, incluindo quando aplicável os rendimentos, encargos, variações monetárias e cambiais. 3.7 Provisões: Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado decorrente de um evento

passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Quando houver expectativa de recuperação de recursos utilizados na liquidação de uma provisão, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. 3.8 Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas legais vigentes, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real como permitido pela legislação. São reconhecidos os impostos diferidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que sua realização seja provável. Os impostos diferidos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. 3.9 Incentivos fiscais: A Companhia usufrui de incentivos fiscais utilizados como redutores na apuração, ou no abatimento do imposto de renda e contribuição social devidos, como gastos com inovação tecnológica, Programa Empresa Cidadã, projetos relacionados a lei de incentivo à cultura, e Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). 3.10 Instrumentos financeiros: 3.10.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens são reconhecidas na data da operação. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, quotas subordinadas FIDC Verdecard, e outras contas a receber. Mensuração subsequente - Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado: Representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo, mantidos dentro do modelo de negócios, cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, e nas situações em que os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: Representam os demais ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas. Desreconhecimento de ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; ou
- A Companhia transfere seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle. Quando a Companhia cede seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia adotou o método da perda esperada e a mensuração com base em toda a vida dos ativos financeiros. É utilizada a abordagem simplificada para os grupos de ativos financeiros, que considera a análise do crédito, o histórico de movimentações e perdas. Com base no acompanhamento periódico de indicadores de risco de crédito, a Companhia não identificou fatores de aumento na perda esperada em comparação com o comportamento histórico. O valor de perda é mensurado com base na expectativa de não recebimento da carteira, que é obtida através dos valores de perda histórica por faixa de atraso desde o reconhecimento inicial do recebível. A média de perda histórica de seis meses é aplicada conforme comportamento histórico recente, e assim atribui-se um percentual de risco de crédito. O percentual de risco de crédito é aplicado a cada faixa de vencimento sob o valor total dos contratos. O produto entre os percentuais de perda esperada e os montantes de faixa de vencimento resultam no montante de perda esperada que é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhoria da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício. 3.10.2 Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração: Passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado para a emissão de títulos e dívidas. Esses custos são apropriados ao resultado do período do financiamento, como complemento do custo de captação, ajustando assim a taxa de juros efetiva da operação. Os passivos financeiros da Companhia incluem obrigações com estabelecimentos conveniados, e transações passivas envolvendo partes relacionadas. Mensuração subsequente: Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Desreconhecimento de passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)	Notas Explicativas	
	31/12/20	31/12/19
Lucro líquido do exercício		16.210
Total do resultado abrangente		16.210
atribuível aos acionistas da Verde		16.210
Administradora de Cartões de Crédito S/A		16.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. 3.10.3 Instrumentos financeiros - apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

A aplicação das políticas contábeis exige da Administração o exercício de julgamento e a elaboração de estimativas, que levam em conta a experiência histórica e avaliação subjetiva de riscos. Em consequência, os efeitos reais dos eventos estimados podem diferir das estimativas, exigindo sua reavaliação contínua. Os efeitos decorrentes de revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período em que a revisão ocorre, se afetar apenas esse período, e também em períodos posteriores, se a revisão afetar também períodos futuros. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável, provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. 4.1 COVID-19 - O exercício de 2020 foi marcado pela pandemia de Covid-19 e o impacto acarretado em diferentes setores da economia brasileira. Nossas operações sofreram e continuam a sofrer um impacto relevante em razão das medidas, inclusive de restrição à circulação de pessoas, adotadas a partir de março em todo território nacional como consequência da pandemia da COVID-19, que ocasionaram uma diminuição de forma relevante na circulação de pessoas em vias comuns, shoppings, aeroportos, universidades, hospitais, prédios comerciais, entre outros locais públicos. Além disso, acreditamos que a extensão dos impactos da pandemia nos nossos resultados para os próximos exercícios dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos, imprevisíveis e muitas vezes fora do nosso controle. A utilização do cartão VerdeCard em estabelecimentos conveniados durante o exercício de 2020 sofreu leve queda no 2º trimestre e também no 3º trimestre, mas voltou a apresentar crescimento no 4º trimestre do ano. Já o volume transacionado com cartão VerdeCard nas lojas Quero-Quero mostrou recuperação mais rápida, e apresentou crescimento no 3º trimestre, e 4º trimestre após queda verificada no 2º trimestre. Portanto, o volume total de operações com cartão VerdeCard mostrou crescimento em 2020 quando comparado a 2019. Como alternativas para contornar as adversidades enfrentadas durante a pandemia, reforçamos a utilização de novos canais de comunicação atrelados a ferramentas digitais para que possamos continuar a atender os clientes, e buscando os níveis de serviço almejados. Medidas adotadas pela Companhia: Nossas principais preocupações neste período são a preservação da integridade de nossos colaboradores, clientes, fornecedores e das comunidades onde atuamos, bem como a continuidade das operações da Companhia de maneira segura. Por este motivo, decidimos adotar o trabalho remoto na área administrativa (home office) ainda na primeira quinzena de março. Os principais eixos de atuação da Companhia em decorrência da pandemia foram os seguintes:

- Saúde e segurança de nossos colaboradores, clientes e parceiros: adoção do trabalho remoto nas áreas administrativas e promovemos o afastamento de colaboradores de grupos de risco para minimizar o risco de contágio. Além disso, adotamos os protocolos de segurança sanitária estabelecidos pelos órgãos de saúde, como utilização de máscaras, higienização constante dos locais de trabalho, disponibilização de álcool gel para colaboradores que eventualmente ainda frequentam o escritório;
- Preservação do caixa da Companhia: adotamos medidas para preservar o caixa da Companhia, como, por exemplo, postergação de investimentos e despesas não essenciais e extensão de prazos com fornecedores;
- Comunicação e atendimento ao cliente: reforçamos a comunicação ao cliente informando sobre alternativas frente ao atendimento presencial através das Lojas Quero-Quero, como televidas, venda por aplicativos de mensagens, e-commerce, pagamento de faturas por meios digitais ou em locais alternativos; e
- Crédito e cobrança: reavaliamos constantemente as políticas de crédito e a evolução da carteira de crédito para possibilitar a tomada de decisões na retomada das operações. Restringimos a concessão de crédito, observando limites mais conservadores. No entendimento da nossa administração, as medidas tomadas até o momento - e que estão em constante reavaliação - buscam manter o nível de serviço e qualidade operacional que prezamos em nossas operações, além de buscar assegurar a saúde e bem-estar dos nossos colaboradores, fornecedores e clientes e da sociedade como um todo, apoiando o cumprimento das medidas determinadas pelas autoridades públicas. Vamos continuar atuando de maneira a preservar a saúde de todos, sempre vigilantes e prontos a fazer correções de rumo conforme a evolução da situação. A Companhia efetuou para a data dessas demonstrações financeiras, uma análise nos ativos e passivos sujeitos as estimativas contábeis como provisão para redução ao valor recuperável, provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, além de renovar as análises sobre a continuidade operacional da Companhia. De acordo com as estimativas da Administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que deveriam ser registrados nas demonstrações financeiras da Companhia e tampouco há efeitos na continuidade e/ou estimativas da Companhia que justificariam mudanças nas conclusões destas demonstrações financeiras. A Companhia continuará monitorando e avaliando os impactos e, se necessário, fará as devidas provisões e divulgações tempestivamente.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1 Alterações, novos CPCs e novas interpretações de aplicações obrigatórias a partir do exercício corrente. Em 2020, a Companhia aplicou emendas, novos CPCs e novas interpretações aos CPCs emitidos pelo CPC, que entrarão obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2020. As alterações não produziram efeitos nas demonstrações financeiras. 5.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Prorrogação	Descrição	Aplicáveis a períodos anuais com início em ou após
Alterações da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não-circulante.	Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante.	01/01/2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020	Alterações ao CPC 37 - Adoção Inicial aos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41, CPC 48 - Instrumentos Financeiros CPC 06 - Arrendamentos, e CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola.	01/01/2022

A Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos das alterações da norma IAS 1, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Remuneração	31/12/20	31/12/19
Caixa e bancos	874	214
Equivalentes de caixa:		
Conta Corrente Remunerada	14.121	13.369
Certificado de depósito bancário 70 a 99,25% do CDI	28.491	75.624
Total	43.486	89.207

Os certificados de depósitos bancário referem-se a aplicações financeiras que possuem liquidez imediata e rentabilidade aproximada de 70% a 99,25% do CDI em 31 de dezembro de 2020.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/20	31/12/19
Financiamento próprio - Lojas (a)	36.317	35.745
Financiamento próprio - Conveniados Verde Card (b)	81.600	48.720
Contas a receber pela exploração de produtos	349	149
Total	118.266	84.614
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(195)	(195)
Total	118.071	84.419

Circulante

Contas a receber de clientes 117.730 84.380

Contas a receber partes relacionadas (Nota 11) 5 39

Não Circulante

Contas a receber de clientes 336 -

a) O valor de financiamento próprio-lojas inclui os valores de financiamento através do cartão VerdeCard referente a compras de clientes efetuadas exclusivamente na rede de lojas da Lojas Quero-Quero. Esse conta a receber possui parcelas com vencimentos superiores a 12 meses da data do balanço, que corresponde ao montante de R\$ 328 incluídos no ativo não circulante. As compras parceladas com encargos e o financiamento ao cliente de faturas em atraso são de responsabilidade de instituições financeiras terceiras, que assumem o benefício do accrual de juros, bem como o risco de perda destes clientes, por meio de contratos de parceria. b) Refere-se a financiamento de compras de clientes efetuadas na rede de estabelecimentos conveniados do cartão VerdeCard. Esse conta a receber possui parcelas com vencimentos superiores a 12 meses da data do balanço, que corresponde ao montante de R\$ 8 incluídos no ativo não circulante. As compras parceladas com encargos e o financiamento ao cliente de faturas em atraso são de responsabilidade de instituições financeiras terceiras, que assumem o benefício do accrual de juros, bem como o risco de perda destes clientes, por meio de contratos de parceria. Em 29 de julho de 2019, a Companhia cedeu R\$ 25.000 de recebíveis de forma definitiva ao

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o ano foi a seguinte:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2018	Constituição (realização)	Saldo em 31 de Dezembro de 2019	Constituição (realização)	Saldo em 31 de Dezembro de 2020
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	14.361	(4.961)	9.400	(3.089)	6.311
Diferenças temporárias					
Provisão para dissídio coletivo	30	(30)	-	-	-
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	352	196	548	105	653
Provisão bônus FIDC Verdecard	-	236	236	(236)	-
Outras provisões	(1)	160	159	455	614
Total	14.742	(4.399)	10.343	(2.765)	7.578

Os prejuízos fiscais acumulados, de acordo com a legislação tributária vigente, não prescrevem. A utilização do saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício. A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis com base nos estudos realizados que revelam expectativas de lucros tributáveis para os seguintes exercícios:

Ano	Valor
2021	3.137
2022	3.173
Após 2023	1.268
Total	7.578

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado é demonstrada como segue:

	31/12/20	31/12/19
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.894	28.192
Alíquota fiscal combinada	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	(10.358)	(11.277)
Adições permanentes:		
Despesas não dedutíveis	(178)	(39)
Incentivos fiscais	828	967
Parcela isenta do adicional de 10%	24	24
Imposto de renda e contribuição social	(9.684)	(10.325)
Reversão de IR/CS Diferidos não reconhecidos contabilmente	-	(1.638)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(9.684)	(11.963)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(6.919)	(7.564)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	(2.765)	(4.399)

10. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/20	31/12/19
Circulante		
Adiantamento a fornecedores	72	99
Adiantamento a colaboradores	151	84
Contas a receber ex-controladores (a)	178	90
Contas a receber correspondente bancário (b)	5.909	2.643
Contas a receber instituições financeiras parceiras (c)	2.186	1.628
Outros	6	25
Subtotal	8.502	4.569
Não circulante		
Contas a receber ex-controladores (a)	4	2
Subtotal	4	2
Total	8.506	4.571

(a) Contas a receber de antigos controladores da Companhia, por conta de ressarcimento de valores pagos e/ou provisionados pela Companhia e que são de responsabilidade, em função de sua competência, dos antigos controladores, conforme contrato firmado entre as partes. (b) Referem-se aos valores das faturas já liquidadas de clientes do cartão VerdeCard via correspondente bancário, e ainda não recebidos pela Companhia. (c) Referem-se aos montantes a receber das instituições financeiras parceiras, por conta de compras parceladas com encargos efetuadas pelos clientes do cartão VerdeCard, e também o financiamento de faturas em atraso de clientes, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.

11. PARTES RELACIONADAS - As transações de prestações de serviços, assim como as eventuais transações financeiras de empréstimos e captação de recursos, entre a Companhia, suas controladas e outras partes relacionadas são realizadas de acordo com as condições estabelecidas em contrato entre as partes. No quadro a seguir estão demonstradas as transações ocorridas e os saldos em aberto entre a Companhia e suas partes relacionadas, e na sequência a descrição da natureza e condição das operações.

Lojas Quero-Quero S.A.

	31/12/20	31/12/19
Contas a pagar	40.659	57.342
Contas a receber	5	39
Partes Relacionadas - mútuos a receber		
Despesas com vendas e administrativas	38.084	32.389
Despesas financeiras	(184)	(2.266)

FIDC Verdecard

Contas a receber	47.163	25.245
Receitas financeiras	54.319	36.962

Os valores a receber da Lojas Quero-Quero referem-se ao ressarcimento de despesas a serem liquidadas. O saldo de contas a pagar está registrado pelo valor original das transações não incidindo taxa de administração, e corresponde às vendas realizadas na rede de lojas da Controladora Lojas Quero-Quero, através do cartão VerdeCard utilizado como private label. Os montantes de despesas com vendas e administrativas referem-se a reembolso de despesas pagas para a controladora Lojas Quero-Quero. O valor das contas a receber do FIDC Verdecard refere-se aos montantes de quotas subordinadas subscritas pela Companhia, bem como a rentabilidade das mesmas ainda não recebidas, e o valor das receitas financeiras referem-se à rentabilização das quotas subordinadas no período. A Companhia obtém serviços de pessoal-chave da administração de sua Controladora, e não possui benefícios proporcionados na forma de remuneração aos seus administradores, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo.

12. INTANGÍVEL

	Taxa de Amortização	31/12/20	31/12/19
Softwares	10%	191	238
Projeto Cartão Verde	10%	376	470
Desenvolvimento de sistemas	10%	11.928	3.601
Intangível em andamento		6.363	11.822
Total intangível		18.858	16.131

Os montantes registrados como intangível em andamento referem-se principalmente a desenvolvimento de sistemas para serem utilizados tanto em atividades de varejo quanto de serviços financeiros.

Movimentação do intangível

	Projeto Cartão Verde		Desenvolvimento de Sistemas	Intangível em andamento	Total
	Software	Verde			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.438	6.485	5.683	6.512	22.118
Adições	-	-	-	6.931	6.931
Transferências	-	-	1.621	(1.621)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.438	6.485	7.304	11.822	29.049
Adições	-	-	91	4.075	4.166
Transferências	-	-	9.520	(9.520)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.438	6.485	16.915	6.377	33.215
Amortização Acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(3.152)	(5.921)	(3.259)	-	(12.332)
Adições	(48)	(94)	(444)	-	(586)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(3.200)	(6.015)	(3.703)	-	(12.918)
Adições	(47)	(94)	(1.284)	(14)	(1.439)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.247)	(6.109)	(4.987)	(14)	(14.357)
Valor Residual em 31/12/2018	286	564	2.424	6.512	9.786
Valor Residual em 31/12/2019	238	470	3.601	11.822	16.131
Valor Residual em 31/12/2020	191	376	11.928	6.363	18.858

Para 31 de dezembro de 2020 a Companhia avaliou e concluiu que mesmo considerando o cenário da pandemia, as operações não foram substancialmente impactadas que pudessem indicar a existência de impairment, portanto não foi necessário mensurar e registrar provisão para redução ao seu valor recuperável.

13. OBRIGAÇÕES COM CONVENIADAS - Obrigações com estabelecimentos conveniados são passivos decorrentes de transações realizadas pelos portadores dos cartões de crédito VerdeCard nos estabelecimentos credenciados à Rede VerdeCard. O saldo está registrado pelo valor original das transações, deduzido da taxa de administração. Os passivos decorrentes destas transações estão registrados em conta do passivo circulante por possuírem exigibilidade com prazo igual ou inferior a 12 meses.

14. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS - A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. As provisões constituídas para as ações consideradas de prazo provável são as seguintes:

Natureza	Saldo final 31/12/18	Adição a provisão	Reversões	Saldo final 31/12/19	Adição a provisão	Reversões	Saldo final 31/12/20
Cíveis (a)	684	941	(255)	1.370	1.056	(798)	1.628
Trabalhistas (b)	98	-	(96)	2	7	(1)	8
Total provisões	782	941	(351)	1.372	1.063	(799)	1.636

As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela Administração. Descritivo do que se referem às causas cíveis e trabalhistas prováveis:

a) Refere-se a discussões que envolvem, principalmente, inconformidades por parte dos clientes envolvendo serviços de cartão de crédito. b) Refere-se a discussões que envolvem, principalmente, reclamações de horas-extras, rescisões e outras. Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, existe contrato entre a Companhia e antigos controladores para ressarcimento de pagamentos incorridos com contingências geradas antes da data da venda da empresa. A Companhia efetua provisão no passivo para todos os riscos cuja perda seja avaliada como provável. A composição das ações cuja perda é avaliada como provável pela Companhia, suportada pelos seus assessores legais que não estão sujeitos a reembolso por parte dos antigos controladores é a seguinte:

Natureza	31/12/20	31/12/19
Trabalhista (a)	121	186
Cível (b)	2.769	1.026
Total	2.890	1.212

a) Referem-se a diversas demandas trabalhistas que envolvem, principalmente, reclamações de horas-extras, rescisões, não tendo nenhum processo específico em relevância. b) Referem-se diversas demandas cíveis principalmente de reclamações de clientes, cuja perda é avaliada como provável pela Companhia, não tendo nenhum processo específico em relevância.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/20	31/12/19
Passivo circulante		
IR a recolher	495	332
PIS a recolher	121	118
COFINS a recolher	647	622
CSLL a recolher	246	253
ISS a recolher	165	166
Total	1.674	1.491

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 16.1 Capital Social - Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital social da Companhia era representado por 49.750.000 ações, ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito integralizado pelo acionista controlador Lojas Quero-Quero S.A., no montante de R\$ 36.250. **16.2 Reserva legal** - A Companhia em 31 de dezembro de 2020 possuía registrado na rubrica de Reserva legal o valor de R\$ 652 (R\$ 652 em 31 de dezembro de 2019). No exercício de 2020 a Companhia não constituiu reserva legal sobre o lucro líquido, uma vez que conforme art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a referida reserva não poderá exceder a 20% do capital social, e também não se tornará obrigatória a constituição no exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital exceder a 30% do capital social. **16.3 Reserva de lucros** - Na rubrica de Reserva de lucros, está registrada a retenção de 100% do lucro líquido do exercício após a constituição de reserva legal. O Estatuto Social da Companhia não prevê distribuição de dividendo mínimo obrigatório.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/20	31/12/19
Receita operacional bruta	70.706	70.647
Prestação de serviços	70.706	70.647
(-) Impostos incidentes sobre as vendas	(8.104)	(8.272)
(-) Abatimentos	(54)	(50)
Total	62.548	62.325

Abaixo encontram-se divulgadas as receitas líquidas totais obtidas por cada uma das atividades de negócio:

	31/12/20	31/12/19
Serviços financeiros	8.151	8.820
Cartões de crédito	56.397	55.505
Total	62.548	62.325

18. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS - LÍQUIDAS

	31/12/20	31/12/19
Outras despesas		
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	(262)	(589)
Custos de estruturação FIDC	(896)	(745)
Provisão bônus FIDC Verdecard	-	(589)
Outras receitas (despesas) operacionais	(7)	(4)
Total despesas operacionais líquidas	(1.165)	(1.883)

19. DESPESAS POR NATUREZA - A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza das despesas operacionais reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	31/12/20	31/12/19
Despesas com pessoal	15.697	12.574
Despesas com serviços de terceiros	64.713	52.914
Despesa com locação de equipamentos e outros	1.356	1.460
Despesa com depreciação e amortização	1.444	590
Perdas com créditos	192	272
Provisão bônus FIDC Verdecard	-	589
Outras	5.463	3.569
Total das despesas	88.865	71.968
Custo dos serviços prestados	24.127	18.226
Despesas com vendas	2.762	998
Despesas administrativas e gerais	60.811	50.861
Outras despesas operacionais líquidas	1.165	1.883
Total das despesas	88.865	71.968

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/20	31/12/19
Receitas financeiras		
Juros de mora recebidos	1.674	2.077
Variáveis monetárias ativas	184	2.448
Rendimentos quotas FIDC Verdecard	37.781	29.024
Rendimento carteira FIDC Verdecard	16.538	7.938
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(2.614)	(1.930)
Outros	36	15
Subtotal	53.599	39.572
Despesas financeiras		
Juros de mora	(178)	(6)
IOF	(14)	(166)
Descontos Concedidos	(722)	(453)
Outros	(474)	(1.112)
Subtotal	(1.388)	(1.737)
Resultado financeiro	52.211	37.835

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS - Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	31/12/20	31/12/19
	Valor contábil	Valor contábil
Ativos financeiros		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	43.486	89.207
Contas a receber de clientes	117.735	84.419
Partes relacionadas - ativo	5	39
Outros créditos	8.502	4.569
FIDC Verdecard	47.163	25.245

Passivos financeiros

	31/12/20	31/12/19
Passivos financeiros mantidos ao custo amortizado:		
Obrigações com conveniadas (a)	120.682	105.908
Partes relacionadas - passivo	40.659	57.342

(a) Em Obrigações com conveniadas estão registrados os valores devidos aos estabelecimentos conveniados, referentes às transações com cartões de crédito VerdeCard.

21.1 - Considerações sobre os fatores de riscos que podem afetar os negócios da Companhia:
a) Risco de Crédito - O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia está exposta ao risco de crédito para caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras mantidas com instituições financeiras, e a posição de contas a receber de clientes geradas em suas transações comerciais. * *Caixa e equivalentes de Caixa e aplicações financeiras:* a fim de minimizar o risco de crédito desses investimentos, os investimentos em instituições financeiras são alvo de análises as quais levam em consideração limites monetários e as avaliações das instituições financeiras. * *Contas a receber:* As políticas de vendas da Companhia buscam minimizar esse risco por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco). O risco de crédito relativo ao contas a receber é minimizado pelo fato das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito próprio. Nas transações com cartão de crédito próprio, a Companhia transfere os recebíveis em atraso de forma definitiva e sem direito de regresso para as instituições financeiras parceiras do cartão, proporcionando por esse motivo o desconhecimento dessas contas a receber. A Companhia possui provisão para créditos de liquidação duvidosa de financiamento próprio sem encargos financeiros, no montante de R\$ 195 (R\$ 195 em 31 de dezembro de 2019), representativos de 0,17% do total de contas a receber em aberto (0,23% em 31 de dezembro de 2019), conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.
b) Risco de Mercado - Taxa de Juros - Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de curto e longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis, principalmente o CDI.
c) Risco de Taxa de Câmbio - A Companhia não realiza transações em moeda estrangeira.
d) Risco de Gestão de Capital - O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. A Companhia administra o capital por meio de quotientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total. A Companhia não possui empréstimos e financiamentos contratados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.
e) Risco de Liquidez - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que acompanha periodicamente a projeção de fluxo de caixa da companhia e realiza gestão de risco de liquidez, gerenciando as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. Portanto, a Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros da Companhia com base em pagamentos não descontados e previstos em contrato:

	31 de dezembro de 2020	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses
Passivos financeiros não derivativos				
Obrigações com conveniadas	120.682	120.682	120.682	120.682

21.2 - Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros - A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas: - Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 21.1.b. - Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciada por fonte externa independente. - Apresentação do impacto do cenário definido no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia. 21.2.1 Análise de sensibilidade da taxa de juros - Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras atreladas principalmente ao CDI. A Administração da Companhia não tem conhecimento de fatos que tenham ou possam vir a ter impactos significativos neste índice de forma a afetar os resultados da Companhia. Uma redução de 100 pontos base é utilizada para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros. Se as taxas de juros fossem 52% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se